

Aumento da formalização: um sinal positivo do mercado de trabalho

Produção da indústria brasileira em 2019 e perspectivas para 2020

Déficit da previdência estadual atinge R\$ 12,5 bilhões em 2019

Copom reduz Selic e anuncia fim do ciclo de cortes

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Aumento da formalização: um sinal positivo do mercado de trabalho

Recentemente, o IBGE divulgou os dados referentes ao quarto trimestre de 2019 da PNAD Contínua, a pesquisa mais abrangente sobre o mercado de trabalho brasileiro. A taxa de desemprego fechou o ano passado em 11,0%, abaixo dos 11,6% verificados no mesmo período de 2018. Para a composição desse resultado, houve queda de 4,3% no número de desempregados na comparação interanual, passando de 12,2 milhões no último trimestre de 2018 para 11,6 milhões no final de 2019, e elevação de 2,0% no número de ocupados, passando de 92,7 milhões para 94,6 milhões no mesmo período.

O movimento de elevação na ocupação, resultando na criação de pouco mais de 1,8 milhão de empregos em um ano, é um dos elementos que chama atenção. Ao contrário do que se viu nos últimos anos, onde a informalidade era a principal responsável pelos empregos gerados, o número de trabalhadores formais começou a ganhar espaço. Do crescimento de 2,0% observado no número de ocupados no trimestre encerrado em dezembro de 2019, 1,2 ponto percentual (p.p.) resulta de empregos formais, enquanto 0,7 p.p. do mercado informal. Para se ter uma ideia da evolução recente, nos três meses até agosto de 2019, os mesmos 2,0% de crescimento advinham de 0,4 p.p. de formais e 1,6 p.p. de informais. Voltando um pouco mais no tempo, em outubro de 2017 – período inicial de recuperação do emprego após a crise –, o avanço anual de 1,9% na ocupação era composto por uma

contribuição de 3,0 p.p. do mercado informal e uma influência negativa de 0,9 p.p. do mercado formal.

É normal que em períodos de recuperação de crise o mercado informal tome a frente na geração de empregos. Com o crescimento da economia, a tendência é que trabalhadores informais consigam uma colocação formal. Esse movimento começou a ganhar força no final de 2019 e deve se intensificar no ano corrente. A melhora recente dos empregos com carteira assinada já vinha aparecendo nos dados do CAGED, divulgados pelo Ministério da Economia. Agora, esse movimento começou a aparecer também nos dados do IBGE.

Cabe mencionar que, mesmo que a substituição de trabalhadores informais por formais traga uma melhora na qualidade do emprego, para fins de cálculo da taxa de desemprego não faz diferença se a pessoa está ocupada no mercado formal ou informal. Mesmo assim, a taxa de desemprego deve seguir caindo lentamente, pois em conjunto com a formalização de trabalhadores, mais pessoas estão conseguindo empregos, como pode ser verificado pela queda no número de desempregados.

Os dados são positivos, mas cabe sempre lembrar que ainda há um longo caminho a percorrer. O mercado informal abriga ainda 44% dos trabalhadores brasileiros. A reação do mercado formal é um sinal de que as empresas estão percebendo melhora no cenário e confiantes com o futuro da economia.

Produção da indústria brasileira em 2019 e perspectivas para 2020

A produção da indústria brasileira voltou a cair em 2019 após dois anos de crescimento. Segundo o IBGE, a quantidade produzida no passado foi 1,1% menor em relação a 2018. Boa parte do resultado negativo se deve ao desempenho da Indústria Extrativa que acumulou queda de 9,7% no ano, principalmente pelos impactos do desastre de Brumadinho. A Indústria de Transformação, por sua vez, apresentou crescimento de 0,1%, com as principais influências positivas vindas de Alimentos (+1,6%) e Veículos automotores (+2,1%).

O desempenho ruim de 2019 deixa a indústria ainda mais longe de recuperar os níveis anteriores à crise. A produção de dezembro de 2019 foi 18% menor em relação ao pico atingido em maio de 2011. Para se ter uma ideia do desafio, é preciso que ocorra um crescimento de 22% para que o setor volte ao patamar de nove anos atrás. Nossa perspectiva, presente no Balanço Econômico 2019/2020 divulgado em dezembro, é de um crescimento de 2,5% em 2020, taxa um pouco superior à expectativa de mercado (+2,3%).

Entre os fatores positivos que devem favorecer o crescimento da indústria em 2020, destacam-se: 1) a Indústria Extrativa contará com base de comparação mais baixa de 2019; 2) a recuperação da economia, com melhora do emprego e renda, deve aquecer a demanda

por produtos industriais; 3) os efeitos defasados da queda da taxa de básica de juros (Selic) iniciado no ano passado devem começar a aparecer com mais força em 2020; 4) o aquecimento da Construção Civil, já observado no final a partir do segundo semestre de 2019 e que deve continuar em 2020, deve aumentar a demanda da indústria, em especial nos segmentos de Minerais não-metálicos (cimento, vidro, cerâmica, etc) e Produtos de metal; 5) a melhora da confiança dos empresários tende a se refletir em maiores investimentos, ainda que a elevada ociosidade do parque industrial seja um limitante.

O cenário externo é o principal fator de risco. A demanda externa caiu em 2019 e deve cair em 2020. A situação econômica da Argentina exerce influência importante. Além da severa crise que o país atravessa, diminuindo a demanda por nossos bens, as barreiras de importação impostas pelo novo governo tende a prejudicar ainda mais nossas exportações. Cabe mencionar também os efeitos incertos do Coronavírus na China. No cenário interno, ainda que a relativa melhora do mercado de trabalho é um fator positivo, a elevada taxa de desemprego, com número expressivo de desempregados e informalidade, é um componente que ajuda a segurar o avanço da indústria.

Déficit da previdência estadual atinge R\$ 12,5 bilhões em 2019

Na última terça-feira, a Secretaria da Fazenda do RS (SEFAZ/RS) divulgou um documento inédito para o acompanhamento dos resultados fiscais do Estado. Com publicação quadrimestral, a primeira edição do Relatório de Transparência Fiscal (RTF) observou que, em 2019, o RS gerou R\$ 70,4 bilhões de Receita Total, ao passo que apresentou uma Despesa Total Empenhada de R\$ 73,8 bilhões, resultando em um *déficit* orçamentário de R\$ 3,4 bilhões, abaixo da meta da LOA 2019 de R\$ 5,2 bilhões. O *déficit* orçamentário foi maior que o observado em 2018, na ordem de R\$ 695 milhões. Tal piora é reflexo direto do crescimento do *déficit* previdenciário do RPPS, que cresceu R\$ 821 milhões no mesmo período, totalizando R\$ 12,5 bi.

Ao se desconsiderar as transferências constitucionais para os municípios e repasses intraorçamentários, por questões de natureza contábil, o RTF aponta uma “Receita Total Efetiva” de R\$ 44,5 bilhões em 2019, enquanto a “Despesa Total Efetiva” atingiu R\$ 47,7 bilhões. O resultado com esse ajuste também foi deficitário, em R\$ 3,2 bilhões.

O documento apresenta um ajuste adicional. Em dezembro de 2018, houve uma antecipação parcial do ICMS do mês seguinte, o que retirou da receita de janeiro de 2019 R\$ 347 milhões, assim como R\$ 86,75 milhões em despesa de transferências municipais. Contabilizando o resultado líquido desse ajuste, o *déficit* orçamentário seria R\$ 2,9 bilhões.

Copom reduz Selic e anuncia fim do ciclo de cortes

O Comitê de Política Monetária (Copom), que se reuniu na semana passada, decidiu por unanimidade pela redução da taxa Selic para 4,25% a.a., anteriormente a 4,5% a.a. Com a decisão, a taxa básica de juros da economia brasileira atinge um novo patamar mínimo histórico.

Mas, diferentemente de outros comunicados, que deixavam em aberto a possibilidade de um novo corte, o Comitê foi explícito ao declarar que “*vê como adequada a interrupção do processo de flexibilização monetária*”. Ou seja, a política monetária expansionista, que teve início em julho de 2019, teve seu fim declarado.

A recuperação lenta da atividade econômica, atrelada ao elevado nível de ociosidade, demonstrava a necessidade de estímulo. Com a política fiscal debilitada, é natural que este fosse buscado no lado monetário. O ciclo de cortes da Selic foi possível devido a vários fatores relevantes para o cenário básico da inflação. O avanço concreto de contingenciamento fiscal que a aprovação da Reforma da Previdência sinalizou permitiu que as expectativas estivessem bem ancoradas, o que é essencial em um regime de metas de inflação. Ademais, as expectativas e os núcleos de inflação se mantiveram bem comportados durante o

período. É importante destacar que a Despesa Total Efetiva contabiliza as despesas relacionadas à dívida com a União. Entretanto, o Estado não realiza efetivamente o pagamento dessa despesa desde agosto de 2017, por liminar concedida pelo STF. O resultado orçamentário do primeiro ajuste (*déficit* de R\$ 3,2 bi), se descontado o montante da dívida de R\$ 3,4 bilhões, apresentaria um *superávit* orçamentário de R\$ 200 milhões.

Apesar de todos os ajustes utilizados pela SEFAZ/RS para explicitar o esforço fiscal do Governo, a verdade nua e crua é que mais de 95% da despesa ainda se concentra com pessoal e outras despesas obrigatórias. O esgotamento fiscal fica ainda mais claro com a cifra de R\$ 928 milhões destinados a Investimento, o que corresponde a míseros 1,9% da Despesa Total Efetiva.

O Governo deu um importante passo com a aprovação do pacote Reforma RS, mas o impacto da reforma não será imediato. É necessário que o Governo continue trabalhando na adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o que exige adequação da apuração da despesa com pessoal com os critérios estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Atualmente, o Governo utiliza o critério do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RS), com limites inferiores de comprometimento da receita com essa despesa. É preciso deixar para trás os subterfúgios e encarar de frente a realidade nas contas públicas.

período.

O fim do ciclo, entretanto, era previsível. A economia brasileira vive uma situação de maior participação do setor privado em detrimento de menor participação pública, fato nítido na transformação pela qual passa o mercado de crédito. Isso pode aumentar a potência do estímulo monetário que o ciclo propiciou, elevando a inflação acima da meta no longo prazo. Como a política monetária tem um impacto defasado sobre a economia, a cautela adotada pelo Comitê é justificável.

Em linha com o comunicado, na última sexta-feira foi divulgado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampla (IPCA) para janeiro, com a nova estrutura de ponderação da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018. O primeiro mês do ano apresentou uma variação de 0,21%, ante 1,15% em dezembro, dissipando de vez o choque observado no índice no último bimestre de 2019, devido ao aumento de preço das carnes. O resultado foi o menor para um mês de janeiro desde o Plano Real. Em janeiro passado, a variação foi de 0,32%. Os grupos de maior impacto na variação do mês foram Habitação (0,55%), Alimentação e bebidas (0,39%, com deflação de 4% no subgrupo de Carnes) e Transportes (0,32%).